



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL Nº 3406 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE CACEQUI, PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2012.**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II — o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III — o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 26.330.975,90 (vinte e seis milhões, trezentos e trinta mil e novecentos e setenta e cinco reais, com noventa centavos).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES	14.130.561,34	13.416.992,55	27.547.553,89
Receita Tributária	821.865,79	464.855,63	1.286.721,42
Receita de Contribuições	0,00	683.341,24	683.341,24
Receita Patrimonial	113.018,47	662.035,45	775.053,92
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	30.226,09	0,00	30.226,09
Transferências Correntes	11.975.546,46	R\$ 11.367.596,00	23.343.142,46
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.189.904,53	239164,23	1.429.068,76



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

2

2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.420.792,00	1.420.792,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.420.792,00	1.420.792,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	1.099.589,47	1.099.589,47
Receita de Contribuições – Intraorç	0,00	1.099.589,47	1.099.589,47
Receita Parimonial – Intraorç	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes – Intraorç	0,00	0,00	0,00
8 – RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
9 – DEDUÇÕES DA RECEITA	98.801,96	3.638.157,50	3.638.157,50
....	98.801,96	3.638.157,50	3.638.157,50
....			
TOTAL	14.031.759,38	12.299.216,52	26.330.975,90

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 26.330.975,90 (vinte e seis milhões, trezentos e trinta mil e novecentos e setenta e cinco reais, com noventa centavos), sendo:

- I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 18.523.598,37 (dezoito milhões e quinhentos e vinte e três mil e quinhentos e noventa e oito reais com trinta e sete centavos);
- II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 7.807.377,53 (sete milhões e oitocentos e sete mil e trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e três centavos);

Art. 5º A despesa total fixada, apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
3. DESPESAS CORRENTES	14.497.208,31	6.993.307,03	21.490.515,34
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.714.300,94	4.742.998,83	12.457.299,77
3.1 - Pessoal e Encargos Social Operações Intraorçamentárias	1.033.740,00	255.000,00	1.288.740,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	80.000,00	0,00	80.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	5.669.167,37	1.995.308,20	7.664.475,57
3.3 - Outras Despesas Correntes Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

3

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
4. DESPESAS DE CAPITAL	2.304.530,23	1.537.477,72	3.842.007,95
4.1 – Investimentos	1.826.402,38	1.537.477,72	3.363.880,10
4.1 – Investimentos – Op.Intraorçamentárias	0,00	0,00	
4.2 - Inversões Financeiras	48.127,85	0,00	48.127,85
4.2 – Inversões Financeiras – Op.Intraorçamentárias.	0,00	0,00	0,00
4.3 – Amortização da Dívida	430.000,00	0,00	430.000,00
4.3 – Amortização da Dívida – Op.Intraorçamentárias.	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	263.309,77	735.142,84	998.452,61
TOTAL	17.065.048,31	9.265.927,59	26.330.975,90

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 3.405/2011, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2012, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de vinte por cento da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- anulação parcial ou total de suas dotações;
- incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- excesso de arrecadação.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% por cento de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de suas dotações.

Art. 8º Os limites autorizados no artigo 7º não serão onerados quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

4

III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

Parágrafo único: As disposições dos incisos II e III não se aplicam ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 14 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

Art. 10 Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 11 O Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12 Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante das receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I e III do art. 2º da Lei Municipal Nº 3.405/2011, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2012, em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CACEQUI EM, 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

FLAVIO GILBERTO DORNELES MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL